

Seminário FESPSP 2017 – Incertezas do trabalho

02 a 05 de Outubro

GT 17: Trabalho e trabalhadores

Implicações políticas da “heterogeneidade estrutural” no Brasil.¹

Alexandre Nogueira Gefri Junior.² (FESPSP)

Resumo: O texto retoma um conceito bastante difundido pelos autores cepalinos durante os anos 1950-1970, a chamada “heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho”. Diferente de sua utilização usual pelos economistas, buscaremos tratá-lo a partir dos entraves políticos. O objetivo do trabalho é retomar as principais variáveis que auxiliam o entendimento da formação econômico-política do subdesenvolvimento. Através de uma revisão bibliográfica retomamos o pensamento de Celso Furtado, questionando sua capacidade de articular outros saberes das ciências sociais, em especial a ciência política. Considerando as críticas mais pertinentes ao pensamento do autor cepalino, concluímos haver um potencial interdisciplinar em sua análise do mercado e da concentração de poder no Estado. Reafirmamos a contribuição deste autor ainda que argumentando a necessidade de abandonar a visão dualista em prol de uma melhor conceituação acerca do caráter dependente das classes dirigentes no Brasil.

Palavras-chave: Dependência; Desenvolvimentismo; Celso Furtado; Heterogeneidade estrutural; Subdesenvolvimento;

1. Introdução.

Partindo de um rico debate iniciado nos anos 50 pela Cepal sobre as especificidades da estrutura produtiva latino-americana, o artigo busca analisar os problemas políticos que organizam o Estado brasileiro. A pesquisa tomou como objeto de análise um conceito bastante difundido pelos autores cepalinos sobre as características essenciais da formação do mercado nos países latino-americanos, intitulado “heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho”. Mais

¹Trabalho orientado pelo Prof.º Ms. William Nozaki

²Graduando em Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E-mail: alexandrenogueirask@gmail.com. Artigo realizado junto ao grupo de pesquisa Cátedra Celso Furtado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo

especificamente, analisamos o pensamento de Celso Furtado considerando a consciência do autor acerca da necessidade de transpor o pensamento economicista frente a uma teorização orgânica da realidade social, ou seja, uma abordagem político-social acerca dos problemas que envolvem o subdesenvolvimento.

A pergunta que direciona nosso estudo é: a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho pode ser utilizada como pressuposto de análise do conflito de classes no exercício do poder político no Brasil? Assim, nós buscamos compreender a formação e as relações entre o Mercado e o Estado, duas importantes instituições que dão forma à sociedade ocidental. Considerando ainda Celso Furtado como uma peça fundamental no pensamento social brasileiro, debatemos a capacidade de seu pensamento em fornecer um arcabouço mínimo para a compreensão do modelo político brasileiro.

A pesquisa se realizou através de uma revisão bibliográfica do tema, portanto, se limita a trazer o debate teórico que vigorou entre os anos 1960 e 1970. Dois textos compõem a primeira parte do artigo com a análise do conceito em Furtado. O primeiro “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (2009) traz a abordagem econômica do fenômeno do subdesenvolvimento. O segundo, “Dialética do desenvolvimento” (1964), expõe de maneira bastante clara sua concepção do modelo político no Brasil.

Além desses dois textos centrais, procuramos analisar o conceito na formulação original de Aníbal Pinto em “Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina (2000)³. As principais críticas à análise de Furtado nos textos “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil” (1973) de Maria da Conceição Tavares e José Serra, “Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil” (1964) de Fernando Henrique Cardoso e “Crítica à razão dualista” (2003)⁴ de Francisco de Oliveira. A partir dessas leituras damos enfoque às principais variáveis trazidas pelos autores escolhidos. E

³Publicação original de 1970 em El trimestre económico, vol. 37, nº145 México: Fondo de Cultura económica Janeiro-Março.

⁴Publicação original de 1972 em Estudos Cebrap nº 2, São Paulo.

em detrimento de uma visão mais geral e ampla destas variáveis nosso texto peca em não trazer o grande volume de dados empíricos que sustentam as teorias sobre o capitalismo subdesenvolvido.

Trabalhamos a hipótese de que a estratificação da riqueza é essencial para a análise do modelo político brasileiro, mas não o explica por si só. Tal hipótese surge no próprio autor, consciente das limitações da disciplina econômica, que buscou articular os vários saberes das ciências humanas.

A exposição se divide em dois blocos além da introdução e da conclusão. Na primeira parte apontamos as características da heterogeneidade estrutural do mercado brasileiro: um setor “primitivo” caracterizado como de subsistência por sua baixa produtividade, no polo oposto um setor “moderno” de alta produtividade, além de um setor intermediário de produtividade média⁵. No entanto, diferente do desenvolvimento capitalista central, o setor moderno foi incapaz de homogeneizar a sociedade, deixando assim a grande maioria da população nos setores que geram menor renda. Furtado entende que o ponto elementar que gerou essa estratificação diz respeito ao desajustamento dos fatores “tecnologia” e “trabalho”, sendo o primeiro emprestado do exterior e o segundo em quantidade ilimitada, resultando numa população à margem do progresso econômico e sem retenção de renda (BIELSCHOWSKY, 2004). A consequência é uma estratificação dual, e ainda segundo Furtado, a disputa política pelo Estado tomaria formas populistas. No qual nem a anarquia do mercado, nem a luta de classes têm potencial para alavancar o desenvolvimento capitalista no Brasil (FURTADO, 1964; 1974; 2009).

Na segunda parte trazemos as críticas diretas à abordagem de Furtado. Tavares e Serra vão chamar atenção para o erro na formulação do problema, o que conduz Furtado a fixar-se no processo de crise e estagnação em vez de conduzi-lo a analisar como o capitalismo opera e se expande no Brasil. Cardoso demonstrará o caráter dependente e associado que asseguram a sobrevivência da burguesia

⁵É importante deixar claro, desde o início do texto, que as diferenças entre setores modernos, primitivos e intermediários dizem respeito ao grau de tecnologia e racionalização do processo produtivo. Mais à frente argumentamos que o fenômeno ocorre entre setores e intra-setores da economia.

interna brasileira. Por fim, Francisco de Oliveira revela a contradição na utilização dos termos “primitivo” e “moderno” argumentando a capacidade da classe dirigente em funcionalizar o setor de menor produtividade a fim de rebaixar o custo de reprodução da classe trabalhadora.

2. Heterogeneidade estrutural de Aníbal Pinto a Celso Furtado.

Neste tópico interessa elaborar a “grande contradição do modelo” subdesenvolvido (PINTO, 2000), a saber, a estrutura heterogênea do mercado que se consolidou nos países latino-americanos. É importante reforçar que as análises dos autores cepalinos floresceram no período de industrialização dos países na América do Sul. Em nosso caso, a industrialização aparece como alternativa única e emergencial com a grande crise de 1929. Furtado argumenta que a mudança no polo dinâmico, do agrário ao industrial, ocorreu de forma independente de um planejamento das classes dirigentes, foi produto de uma visão “realista”, onde a indústria aparece como única saída possível (FURTADO, 1968 p. 72).

Segundo o pensamento furtadiano:

Do ponto de vista econômico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade. (FURTADO, 2009, p.105).

O desenvolvimento, visto nos países centrais, proporcionou a homogeneização da sociedade através da relação entre a empresa capitalista e o assalariamento da população, principalmente no período posterior a 1945 até meados de 1960. A industrialização do período denominado de “substituição das importações” (1930-1980) produziu o efeito contrário, aumentou a desigualdade nos países como o Brasil.

Importa retomar a análise de Aníbal Pinto, quem cunhou o conceito de heterogeneidade estrutural. Haveria duas formas de heterogeneidade. A heterogeneidade simples que corresponde às economias divididas em setor exportador e setor pré-capitalista, caracterizando o período anterior à industrialização⁶. A constituição do Estado Nacional possibilitaria a estas economias

⁶Um dos primeiros autores a se debruçar sobre essa problemática foi Arthur Lewis. Ver: LEWIS, W. A. A teoria do desenvolvimento econômico. Tradução de Alfredo Moutinho dos

a diversificação da estrutura produtiva com a inversão de capital do setor dinâmico exportador para a indústria através da substituição das importações (PINTO, 2000 p.570). Este último movimento gerou a heterogeneidade complexa, caracterizando o sistema em três camadas.

A primeira camada é a primitiva, representada pela economia de subsistência, com baixa produtividade, e encarada como resquício do setor pré-capitalista. Do lado oposto surgira o setor “moderno”, com elevado grau de produtividade, próximo inclusive aos países centrais. Por fim, se estabeleceu ainda a camada intermediária, com produtividade na média do sistema nacional.

As diferenças de produtividade ainda seriam vistas de forma intra-setorial. Segundo os exemplos dados por Aníbal Pinto na agricultura, o “setor moderno” teria produtividade quatorze vezes superior ao “setor primitivo”. Já na indústria manufatureira a produtividade do “moderno” seria trinta vezes superior à produção das pequenas unidades do setor “primitivo”. (PINTO, 2000 p. 573).

Diferentemente do ocorrido nos chamados países desenvolvidos⁷ o avanço tecnológico não aglutinou os setores de menor produtividade. Ainda que de maneira simplificada trazemos a seguinte tabela:

Situação de alguns países quanto às camadas produtivas, por volta de 1960 (Percentagens)

	Setor Moderno		Setor Primitivo	
	Emprego	Percentagem do PIB	Emprego	Percentagem do PIB
Argentina	24	55	7	2
Venezuela	20	72	26	5
Chile	21	53	24	5
México	16	51	35	8

Reis e Olavo Miranda. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

⁷O próprio Aníbal Pinto faz algumas ressalvas em relação ao grau de homogeneização. O fenômeno seria visto em países como Grã-Bretanha, Suíça e Áustria, em menor grau França e Noruega, mas não ocorreria em países como Espanha, Itália e no próprio Estados Unidos da América. (PINTO, 2000 p. 576-577)

Brasil	14	42	42	10
Peru	10	40	56	14
América Central	7	32	60	16

Extraído de: BIELSCHOWSKY, 2000. Notas: Estimativas aproximadas, com base nos antecedentes do documento de Z. Slawinsky

Característica marcante nas sociedades subdesenvolvidas como mostra a tabela, sendo o Brasil o exemplo extremo, seria a grande concentração da população nos setores “primitivos”, com baixos salários, opostas a uma camada elitizada e de consumo suntuário. Como consequência, a urbanização se deu de forma precária, consolidando uma periferia urbana perceptível pela marginalidade e falta de condições mínimas de moradia, saúde, educação e trabalho.

A industrialização brasileira não superou seu alicerce produtivo desigual. “Assim sendo, mais do que um progresso para a “homogeneização” da estrutura global, perfila-se um aprofundamento de sua heterogeneidade” (PINTO, 2000 p 575). É preciso ressaltar ainda que tanto Furtado como Aníbal Pinto viam o papel fundamental das lutas sociais no processo de homogeneização das sociedades desenvolvidas. Ainda assim, creditavam poucas esperanças nestas formas de lutas numa sociedade subdesenvolvida.

Furtado se apropria da extensa descrição de Aníbal Pinto e propõe a análise dos fatores que impedem o polo industrial “moderno” de absorver os setores denominados “primitivos”. Destacamos os dois principais motivos. O primeiro diz respeito aos problemas de financiamento e dependência externa, enquanto o segundo, que mais nos interessa, trata dos desajustamentos entre os fatores tecnologia e trabalho.

Sobre o financiamento basta entender, dentro das pretensões dessa pesquisa, que haveria uma baixa capacidade de poupança da economia subdesenvolvida levando invariavelmente ao empréstimo estrangeiro. Na realidade essa baixa capacidade era fruto da escolha de desenvolvimento não organizado escolhido pelos dirigentes brasileiros (FURTADO, 1974 p.98). Enquanto as classes abastadas mantinham concentrada a totalidade da renda, haveria uma poupança

potencial não aproveitada causada pela heterogeneidade que excluía grandes parcelas da população dos setores produtivos.

Dada tal concentração de renda, herança da estrutura colonial, a elite espelha a cesta de consumo dos países centrais. Assim sendo, produzem um sistema de drenagem dos recursos financeiros para consumo supérfluo ao invés de novos investimentos. A industrialização de ponta assimilando a cesta de consumo dos países centrais inevitavelmente causaria maior necessidade de importação e conseqüente desequilíbrio na balança de pagamentos. Como alternativa os empresários utilizavam a inflação como mecanismo de poupança forçada. O autor utilizou um modelo de matriz insumo-produto⁸ para demonstrar relação entre a indústria de maior complexidade tecnológica e a tendência ao estrangulamento externo (FURTADO, 2009 p.170; 1974 p.99). Interessante perceber que o autor enxerga no consumo familiar o problema brasileiro, ou seja, na demanda, seria duramente criticado por Maria da Conceição Tavares e Serra como veremos mais à frente.

O segundo problema apontado por Furtado marcaria a contradição central da sociedade heterogênea. Para o autor haveria uma disfunção entre a tecnologia empregada e o fator abundante do trabalho. O desajustamento dos fatores aparece da seguinte forma. A tecnologia empregada nos setores modernos segue os padrões das economias centrais, o industrial nacional emprega os métodos de produção mais avançados a fim de concorrer com os capitalistas externos. Do outro lado, o fator trabalho é abundante, somando os fluxos de migração europeia, japonesa e árabe ao antigo contingente populacional escravizado durante o período colonial. Segundo o autor:

as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso –

⁸Furtado utiliza o modelo em vários de seus textos, para uma visão detalhada ver: FURTADO, C. Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento. IN: Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda per capita do conjunto da população — é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. (FURTADO, 2009 p. 171-172)

O autor estabelece a tecnologia como uma variável independente para o empresário nacional. A incompatibilidade entre oferta de trabalho ilimitada e produção com quantidade intensiva de capital seriam responsáveis por uma estratificação social desigual, onde a grande parte da população se encontrava nos setores com baixa retenção de renda. Mesmo aqueles trabalhadores do chamado setor moderno recebiam salários baixos em comparação aos companheiros dos países centrais, já que, o salário tenderia a seguir o padrão de vida da sociedade no qual se insere.

A alternativa apontada por Furtado seria a reorganização da industrialização pelo Estado para além dos padrões de vida das elites e classes médias. Enquanto estas espelhavam a cesta de consumo do centro capitalista as empresas nacionais teriam de manter um alto grau tecnológico, o que além de levar ao estrangulamento externo também dificulta a absorção do volume de trabalho disponível. Era preciso um novo modelo de industrialização compatível com os fatores encontrados no país e que centralizasse a indústria de bens salário.

Indicamos brevemente que Furtado via com pessimismo a possibilidade de uma mudança estrutural através dos movimentos socialistas. Mesmo assim não poupou críticas ao lado oposto, o autor via no pensamento liberal problemas claros em relação à crença de realocação natural dos recursos pelo mercado. Sua tese estagnacionista é exatamente a análise dos impedimentos estruturais internos. Apresentamos a seguir as implicações políticas condicionadas pela estrutura produtiva do subdesenvolvimento.

2.1. Implicações políticas e o Estado no subdesenvolvimento.

Vale uma pequena nota biográfica. Sua trajetória política pode ser dividida ao menos em duas fases. Aquela que corresponde ao período de 1944 a 1964 o

autor encontrava-se dentro da estrutura burocrática e portanto próximo às classes dirigentes. Nesses anos participou do Dasp, teve papel importante na elaboração das teses cepalinas sob a chefia de Raúl Prebisch e foi fundamental na construção do projeto de desenvolvimento do Nordeste – a Sudene. Ocupou o cargo de ministro do Planejamento, elaborando o Plano Trienal do período Goulart e foi sem dúvida nenhuma o maior propagador da ideologia desenvolvimentista de cunho nacionalista⁹ no Brasil (BIELSCHOWSKY, 2004 p. 132-134).

Em 1964 o autor é exilado com a ruptura política da ditadura civil-militar no Brasil, passando a viver no Chile e depois nos Estados Unidos da América. É nesse segundo período que o autor demonstra um fôlego ainda maior de teorização sobre o subdesenvolvimento, agora numa versão mais crítica em relação aos grupos dirigentes brasileiros. A partir do texto “Dialética do desenvolvimento” de 1964 podemos observar uma nova elaboração de caráter político-social acerca do processo de desenvolvimento capitalista.

Nessa nova formulação os processos de coletivização dos frutos do trabalho e do desenvolvimento tecnológico são antes de tudo resultado dos interesses contraditórios das classes em luta:

O desenvolvimento do capitalismo, na sua fase mais avançada, deriva o seu principal impulso dinâmico da agressividade da massa trabalhadora, que luta para aumentar sua participação no produto social. Essa agressividade, pondo em risco a taxa de lucro da classe capitalista, suscita como reação o interesse pelas inovações tecnológicas que tendem a reduzir a demanda de mão de obra por unidade de produto. Em si mesmas, essas inovações tecnológicas são um fator de criação de desemprego, atuando como força depressiva sobre a economia. Essa força depressiva, entretanto, é de um caráter muito especial, pois acarreta modificações estruturais na economia, alterando as funções de produção e recondicionando os padrões de consumo através de modificações nos preços relativos. Contudo, é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia. Este, por seu lado, permite que se mantenha

⁹Dentro do pensamento desenvolvimentista temos três correntes. A visão do empresariado no setor privado, e a visão dos setores públicos que se dividiam em duas, os “não nacionalistas” e os “nacionalistas. Ver: Bielschowsky, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

uma elevada taxa de acumulação, sem embargo da inelasticidade da oferta de mão de obra.(FURTADO, 1964, p 64)

A elaboração do desenvolvimento aparece agora de forma mais completa. Não se determina como um processo autônomo e lógico da difusão tecnológica e nem se limita ao incremento da renda às classes trabalhadoras. Apesar de estes elementos serem fundamentais, é a disputa pelo poder concreto entre trabalhadores da fábrica e capitalistas que impulsiona o processo de acumulação.

Segundo Furtado a democracia dos países do centro desenvolvido surge como forma capaz de assegurar os privilégios da classe capitalista e articular as demandas da classe trabalhadora. Conclui:

Em síntese, a fase de avanço na democratização, característica da época de predomínio dos órgãos representativos dentro do governo, foi substituída por outra de massificação, em que as disputas políticas se restringem a questões secundárias e as decisões fundamentais são tomadas no plano administrativo.(FURTADO, 1964, p 73)

Assim, as Constituições modernas caminharam na incorporação das massas através da representação limitada, ao mesmo tempo que deram mais rigidez ao núcleo institucional que assegura a sobrevivência da classe burguesa, ou seja, a propriedade privada. A crescente burocratização fornece maior eficácia ao poder constituído, em contrapartida, há um poder de legitimação ideológica decrescente.

Nessa nova elaboração de Furtado a luta de classes é o motor básico da acumulação, e esta por sua vez, resultou na estabilidade institucional ao aumentar os níveis de vida da coletividade por meio do aparelho estatal. A partir desta análise, o autor volta os olhos ao enclave político do subdesenvolvimento.

A formulação acerca da heterogeneidade estrutural é mantida e aparece como base para se entender o problema político na periferia.

Nas atuais economias subdesenvolvidas – isto é, naquelas economias que absorvem uma nova tecnologia quase totalmente por empréstimo – a adaptação das estruturas sociais torna-se problema muito mais complexo. A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente reflui para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subsequente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se,

por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Desta forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou filtrar-se para investimentos no exterior.” (FURTADO, 1964, p 30-31)

Descrevemos no tópico anterior que a heterogeneidade seria essencialmente a sobrevivência de dois setores antagônicos. O setor tecnologicamente “moderno”, que sustenta a dinâmica da acumulação capitalista, mas absorve um volume baixo de trabalhadores. E o setor “primitivo” com reduzida produtividade, mas que concentra a maior parte da população em níveis de subcidadania. E se, a capacidade de exercer o poder político é fruto da acumulação de capital, logo, é no primeiro que lidamos com a classe dirigente. Dadas as condições de recursos abundantes, riquezas naturais e trabalho, o grande capitalista possui uma enorme margem de manobra frente o trabalhador organizado. Pode escolher entre absorver as estruturas preexistentes, e quando convém, investir em novas técnicas de produção. Esse enorme reservatório de mão de obra atua contra a própria classe trabalhadora, segundo Furtado, constitui uma “força inibidora da luta de classes” (FURTADO, 1964 p. 80). Isso não quer dizer que haja uma submissão total das classes trabalhadoras, diz respeito a uma forma de luta distinta, no qual as revoltas urbanas surgem concomitantes aos processos inflacionários e tensionam a manutenção do nível de consumo interno.

Com efeito, em situação inflacionária, as elevações de salários podem interessar tanto aos patrões como aos empregados, pois se admite que quem pagará a conta, em última instância, será o consumidor. Até que ponto o consumidor pagará ou não, é uma decisão que fica em mãos do Estado, cujo poder é assim enormemente aumentado.(FURTADO, 1964 p.83)

A manutenção do consumo interno inicialmente interessa a todos, logo, o enclave dificulta a conscientização da classe trabalhadora.

Em termos gerais temos a seguinte estratificação social: i) nas posições privilegiadas estão as classes dirigentes, divididas em três setores, o núcleo

latifundiário, o grupo de comerciantes com fortes vínculos com o exterior e o grupo de capitalistas apoiados no mercado interno; ii) mais abaixo temos uma massa difusa de assalariados urbanos empregados no setor terciário, “que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita” (FURTADO, 1964 p. 82); iii) um setor homogêneo da classe trabalhadora industrial de volume reduzido; iv) e por fim, um amplo campesinato com dificuldades ideológicas de se postar frente aos capitalistas, já que a relação capital-trabalho também ocorre distorcida, mais próxima de uma relação senhorial.

A grande especificidade da estrutura heterogênea está no extenso setor terciário, também considerado como setor informal. Nessa mesma categoria temos diversificadas formas de trabalho. Dos pequenos proprietários, donos de oficina, restaurantes, mercearias, pequenas unidades produtivas manufatureiras, comerciários, até um setor mais pauperizado, vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos, trabalhadores autônomos e sem registro etc. Nessa camada a percepção de interesses objetivos distintos na relação capital-trabalho é dispersa, pois, são invariavelmente marcados por relações servis, de parentesco e até mesmo de amizade.

Percebemos que essa inflexão sociológica de Celso Furtado busca não só entender a posição das classes segundo a estratificação heterogênea, mas também procura analisar a capacidade destas classes em dinamizar o sistema de acumulação. Resta ainda expor sua análise sobre o Estado no fenômeno do subdesenvolvimento.

A classe dirigente possui grande vantagem na estrutura social em relação às classes assalariadas, no entanto, possui internamente uma forte instabilidade. Assim sendo, o Estado é a peça de sustentação importante para cada uma delas.

O capitalismo interno, em face do livre-cambismo dos exportadores e do setor agrícola em geral, necessita de forte proteção estatal para sobreviver. O setor agrícola, pressionado pelo núcleo capitalista, necessita de apoio creditício em larga escala para seguir adiante, o que somente o Estado está em condições de proporcionar. O setor exportador necessita de infra-estrutura de serviços básicos para instalar-se, isso exige decisiva participação estatal. Este rápido aumento da máquina estatal, conjugado com o crescimento da

produção de serviços em geral nas zonas urbanas – decorrência em grande parte da concentração da renda – reflete-se numa forte expansão das classes médias assalariadas, concentradas nas zonas urbanas, com repercussões no plano político, de não pequena monta. (FURTADO, 1964 p.82)

A constante instabilidade das frações dirigentes aliada a um crescente setor urbano que demanda representação política propicia um tipo específico de disputa política, o populismo. Assim ao observar a luta política tomando como base o diagnóstico da heterogeneidade estrutural do mercado brasileiro conclui que a dinâmica instável se baseia na disputa entre os grupos ligados às facções internas da classe dirigente em relação aos trabalhadores e as camadas médias urbanas. Logo, grande parte da consciência da classe é canalizada pela proteção do nível de consumo interno, os atores políticos buscam sustentar sua campanha através de formas de redistribuição do produto social, sem questionar efetivamente a organização da produção no país.

É preciso lembrar que em “Dialética do desenvolvimento” estamos lidando com um texto bastante radical de Furtado. Condicionado sem dúvida alguma pela turbulência do clima político visto nas Américas com a instauração de governos ditatoriais. O texto marca uma inflexão no pensamento do autor e grande parte das teses vistas nessa exposição continuará sendo reforçado nos textos subsequentes (1974; 1966).

O pensamento furtadiano se estabelece dentro de uma estrutura dual. Tanto a análise econômica como sua análise política do fenômeno do subdesenvolvimento brasileiro são assentadas numa comparação com o chamado “desenvolvimento”. Como veremos no próximo tópico, apesar de uma recusa explícita a esse tipo de análise, o autor não supera a dicotomia, sendo essa a principal crítica feita pelos autores contemporâneos a Furtado.

3. Críticas e contribuições.

Ao ler Furtado estamos diante de um pensamento vivo, marcado pelas oscilações de um país instável politicamente em tempos de polarização extrema. Seus argumentos não foram isentos de críticas e erros, a grande maioria de pesquisadores que vieram nos anos posteriores em algum momento citaram as

contribuições de Furtado a fim de incrementar as análises sobre nosso país. Destacamos três críticas/contribuições essenciais nas próximas linhas por tratarem da discussão direta entre a forma do mercado e sua relação com o Estado.

A primeira delas de caráter mais econômico foi feita por Maria da Conceição Tavares e José Serra (1973). Considerando a proposta desse artigo em trazer os elementos políticos da análise acerca da heterogeneidade estrutural, faremos uma breve exposição dos argumentos que negam a tese estagnacionista.

Segundo Tavares e Serra o problema da análise de Furtado localiza-se numa colocação insuficiente do problema de pesquisa. Ao buscar tratar da incapacidade dinâmica do capitalismo periférico Furtado desloca o principal questionamento a ser feito, segundo os críticos, é preciso estudar como o capitalismo brasileiro opera e se expande.

Para Tavares e Serra o capitalismo periférico é dinâmico, a “nação”, no entanto, é privada economicamente de seus possíveis frutos (TAVARES & SERRA, 1973 p.158). Os problemas apontados por Furtado como exclusão social, subconsumo das massas, marginalização da população no campo e na cidade não seriam empecilhos ao desenvolvimento da acumulação capitalista, diferentemente de problemas de absorção da poupança e falta de oportunidades de investimento. Os autores deixam claro o imperativo capitalista de busca por maiores lucros, trazem inclusive a teoria do valor-trabalho com a noção de mais-valia, uma carência da leitura furtadiana.

A inevitável estagnação tratada por Furtado seria na realidade uma transição no modo de desenvolvimento do capitalismo, transitando da substituição das importações a uma fase financeirizada. Assim, a fase de crise marcada no segundo período de substituição foi solucionada pelo acentuamento da heterogeneidade da estrutura de demanda no Brasil. Diferente de uma nova organização da indústria compatível aos fatores disponíveis (tecnologia e trabalho) a acumulação se expandiu com arrocho salarial ainda maior para as classes menos qualificadas e com um incremento das camadas médias urbanas para alto consumo. Ou seja, a ínfima distribuição de renda fora utilizada a um nível compatível com o

progresso tecnológico, fundamental para assegurar a taxa de lucro esperada pelo capitalista, além é claro de outras medidas como a reforma financeira e o aumento dos gastos públicos a fim reabastecer os investimentos (TAVARES, SERRA, 1973 p.172).

Segundo Tavares e Serra o pensamento furtadiano teria “vestido a “camisa de força” de um modelo neoclássico de equilíbrio geral – elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista”(TAVARES, SERRA, 1973 p. 167). Nesse caso, a heterogeneidade do mercado não é negada, e pelo contrário, ela é essencial para o estilo de acumulação visto no país. A consequência do erro na análise furtadiana acarretaria numa possível solução equivocada, o autor entendia que o erro estaria no fim do ciclo do processo de circulação, ou seja, na deficiente demanda das famílias de modo geral. Para Tavares e Serra o problema está na produção, que deveria portanto ser financiada pelo Estado.

Esta primeira crítica, apesar de ser restrita aos argumentos econômicos, ganhou um duplo caráter. Do ponto de vista histórico, a crise econômica dos anos 60 foi contornada pelo regime ditatorial, chegando inclusive a promover o curto período conhecido como “milagre econômico”. Assim como do ponto de vista do próprio aparato conceitual do desenvolvimentismo de Furtado, ao manter a noção de equilíbrio geral, o autor priorizou a poupança ao invés do gasto público planejado.

Na sequência trazemos dois autores que nos fornecem bases para pensar não só as implicações políticas que a estrutura de mercado trouxe ao Brasil, mas que também chamam atenção aos possíveis atores políticos capazes de dinamizar o sistema. O primeiro, Fernando Henrique Cardoso¹⁰, aponta para o topo da pirâmide social, enquanto que Francisco de Oliveira aponta para a base da pirâmide social.

Fernando Henrique Cardoso (1963) realiza um estudo sobre a participação dos empresários industriais no desenvolvimento econômico no Brasil. Mesmo que

¹⁰Fernando Henrique Cardoso não se debruçou essencialmente sobre o fenômeno da “heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho”. No entanto, como dissemos Furtado localizou na questão tecnológica o núcleo do subdesenvolvimento, Fernando Henrique por sua vez parte da análise da classe empresarial, aquela com posição privilegiada para promover o progresso tecnológico e, portanto uma acumulação conjunta ao desenvolvimento da nação.

não se debruce formalmente sobre a heterogeneidade do capitalismo no Brasil, o autor direciona certa crítica à Furtado:

Em Furtado, a resposta à pergunta sobre qual o papel dos empreendedores no desenvolvimento econômico é secundária, em razão da perspectiva em que se coloca, na qual o problema é a análise do "sistema econômico". Com mais forte razão, não há lugar em sua análise para a generalização da pergunta sobre que forças sociais impelem o desenvolvimento e em que direção, isto é, com benefícios para a coletividade ou para que grupos particulares. Os condicionantes sociais da modalidade concreta de desenvolvimento são supostos como dados. O processo de desenvolvimento passa a ser analisado como o esforço para a constituição do "capitalismo industrial.(CARDOSO, 1964 p. 75)

E completa indicando sua hipótese de trabalho:

Sem referência aos interesses sociais, aos objetivos e às decisões transformadas em ação de grupos antagônicos (dentro e fora do Brasil), a análise acaba por retirar da história o nervo político, dando por suposto pacificamente o que não é verdadeiro: que a civilização industrial destrói a oposição dos interesses de classes e o choque entre nações. A prevalência da influência de uns ou de outros grupos resultará, como é evidente, em tipos diversos de sociedades industriais, nas quais o próprio mecanismo econômico – para não falar no sistema político e nos critérios de estratificação social – será regido por padrões diferentes. (CARDOSO, 1964, p. 80)

Com o intuito de entender exatamente esse nervo político que resulta nas ações do Estado, Cardoso propõe analisar a mentalidade dos empresários industriais nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Recife e Salvador. De maneira bastante resumida, entende que há ao menos dois tipos de industriais. O industrial "Capitão-de-indústria" acostumado a altas taxas de lucro, invariavelmente ligados às famílias tradicionais, e por consequência bem estabelecidos nas esferas governamentais. A estratégia desse industrial varia entre o aumento significativo da exploração da força de trabalho e a utilização de truques e manobras de mercado a fim de assegurar altas rendas (CARDOSO, 1964, p.133-134).

Do outro lado temos os industriais "Homens-de-empresa". Estes mais distantes dos valores tradicionais apostam na introdução técnica e nas diversas formas de racionalização do processo de trabalho. Há nesta categoria uma ideia mais bem definida de nação em comparação aos "Capitães-de-indústrias", ou seja,

as noções valorativas dos primeiros tendem colocar que os problemas da empresa são também os problemas da “sociedade como um todo” (CARDOSO, 1964 p. 148). O primeiro grupo é numericamente menor, mas qualitativamente dominante, enquanto o segundo grupo é maior, potencialmente capaz de reorganizar a ordem jurídico social, mas não possui força para tomar as rédeas do Estado.

Fernando Henrique Cardoso está a observar o período de maior efervescência democrática nos anos de João Goulart na presidência do país. A classe empresarial de tipo “Homens-de-empresa” poderia abrir caminho para o sonhado desenvolvimento homogêneo da sociedade, contanto que enfrentassem o dilema da revolução burguesa (FERNANDES, 1976), de um lado superar a elite agrário-exportadora, seu passado, e de outro caminhar junto aos trabalhadores e seus mecanismos de organização nos sindicatos, seu futuro.

Ilhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, a burguesia industrial se vê na contingência de realizar uma política à beira do abismo: ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina. Hesita não porque se dá conta de seus interesses reais, mas porque estes interesses são contraditórios. Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações limites: as forças urbanas e populares. (CARDOSO, 1964 p. 186)

O movimento na análise do autor é bastante importante para nós. Sua pesquisa afronta diretamente o sentido político da ação e as concepções do empresariado no Brasil, no entanto, é preciso fazer o caminho de volta e reinserir os agentes dentro da estrutura histórica onde os interesses divergem. Conclui assim o caráter dependente do empresário no Brasil. Sua atuação não diz respeito apenas a uma falta de projeto nacional como diria Furtado, mas o contrário, o não estabelecimento da nação é que possibilita sua posição privilegiada no sistema.

Passemos agora a olhar a base da pirâmide social. Centralizando a análise na disputa entre as classes sociais internas, e, além disso, privilegiando os interesses objetivos da classe trabalhadora, temos a visão de Francisco de Oliveira. Segundo Oliveira (2003) a análise furtadiana estaria marcada pela dualidade. O problema não estaria essencialmente vinculado na denominação entre setor “moderno” e setor “produtivo”, mas sim, numa visão ético-finalista do autor cepalino (OLIVEIRA, 2003 p.29-31). A prerrogativa idealizada do capitalismo levou Furtado a apresentar a tese de que o setor “primitivo” impossibilitaria o desenvolvimento eficiente do setor “moderno”. Oliveira, tal como Tavares e Serra, propõe entender a economia capitalista no Brasil partindo do pressuposto de que a finalidade do sistema é, antes de tudo, sua própria reprodução. Assim, contradizendo a análise de Furtado, o autor entende haver uma organicidade entre os setores antagônicos.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se quer manter a terminologia.(OLIVEIRA, 2003 p.32)

Oliveira entende o capitalismo brasileiro como um tipo de “acumulação primitiva”, redefinindo a categoria marxiana e apontando como esse modo de produção atua na grande exploração da terra e no aumento horizontal da ocupação com baixos níveis de capitalização. Sua argumentação parte do poder político concentrado no Estado. Lança mão de dois argumentos principais a fim de expor o modo como a classe dirigente sustentou sua posição na passagem para a acumulação industrial pós 1930. Interessa ao autor demonstrar como o Estado institucionalizou as regras do jogo em favor da classe privilegiada. O primeiro movimento atuou na regulação dos fatores que possibilitaram o desvio da “inclinação natural” da economia agrário-exportadora ao modo de acumulação industrial.

Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infra-

estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. A essa "destruição" e "criação" vão ser superpostas as versões de um "socialismo dos tolos" tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, "estatismo", sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso? (OLIVEIRA, 2003 p. 41)

Podemos observar uma argumentação bastante distinta daquela de Furtado. Enquanto este falava de um simples "realismo" das elites políticas, no qual as medidas de proteção da renda dos exportadores pós-depressão de 1929 espontaneamente incentivaram a industrialização e o nível de emprego interno (FURTADO, 2009 p. 208-209), Oliveira argumenta que há sim uma posição clara dos grupos dirigentes em mudar a rota de acumulação no país. Não bastasse expor as questões de confisco do café, expansão do crédito, investimentos na produção etc. o autor demonstra a importância da regulação do fator trabalho através do salário-mínimo. Sendo tratado pela grande maioria dos autores da época como uma regulação artificial, que pouco refletia as condições do mercado, Oliveira revela a importância não só para o cálculo empresarial, mas também para redução do custo médio da força de trabalho. Ou seja, a fixação do salário-mínimo atua de forma a igualar pela base o custo de reprodução da força de trabalho. O prejuízo recai principalmente sobre os trabalhadores especializados, sendo remunerados igualmente aos não qualificados (OLIVEIRA, 2003 p.38). O difícil incremento da renda dos trabalhadores não surge como uma assimilação "natural" das condições de vida na economia pré-capitalista, mas sim como uma ação deliberada e essencial para a forma de acumulação industrial no Brasil¹¹, quer dizer, o possível desajustamento é, na verdade, condição privilegiada de exploração do trabalho.

¹¹Optamos por expor a regulação do fator trabalho de forma invertida em relação ao texto de Francisco de Oliveira. O autor expõe primeiro a questão da regulação do trabalho para depois apontar outras medidas como a regulação do crédito, aumento do aparelho estatal etc. A ordem de

O segundo argumento diz respeito à função do chamado setor “atrasado”. Estamos falando essencialmente da produção de alimentos e matérias-primas, independente da maior ou menor introdução da técnica no campo¹², esse setor atua tanto no abastecimento dos insumos para a indústria funcionar como no fornecimento de alimentação a preços reduzidos para as famílias da classe trabalhadora. Portanto, salário-mínimo regulado pela base mais um extenso cultivo de alimentos pela pequena e grande agricultura são as bases reais que sustentam um capitalismo subdesenvolvido, marcado pela eminente desigualdade de oportunidades e a máxima exploração das classes trabalhadoras.

Francisco de Oliveira surge com uma interpretação bastante pertinente do mercado no Brasil, demonstrando a sustentação que o setor “atrasado” dá para os grupos capitalistas e para a indústria de ponta. Vale a pena ressaltar a crítica do autor ao setor terciário, visto por Furtado e pela ideologia dominante como setor inchado. Esse setor antes de ser um peso morto, ou reservatório de empregos precários, segundo o autor, é parte integrante do estilo de acumulação urbano industrial no Brasil. Devido à falta de acumulação prévia, a conhecida acumulação primitiva nos países centrais, o setor de serviços surge como possibilidade de sustento das trocas capitalistas, absorvendo trabalhadores e fornecendo os serviços de acordo com a tecnologia presente na indústria, desde as pequenas vendas alimentícias aos serviços de mecânica de automóveis.

A grande contribuição de Francisco de Oliveira aparece no ponto de vista metodológico, no qual articula a centralidade das classes sociais em antagonismo interno. Tratando de responder a questão: para quem serve o desenvolvimento capitalista no Brasil? Resta agora juntar as peças do debate a fim de alcançar nosso objetivo.

4. Conclusão.

exposição original pressupõe a regulação do trabalho como fator elementar, não questionamos essa prerrogativa. Escolhemos tal ordem apenas para a melhor fluidez do texto e da exposição pretendida.

¹²Oliveira traz o exemplo do cultivo de milho no município de Itapeva, interior de São Paulo. Em 1964, a agricultura “primitiva”, utilizando apenas a tração animal e pouco adubo, era capaz de concorrer com a agricultura moderna, de tração motorizada e muito adubo. Apesar da diferença de tamanho da propriedade cultivada, a renda líquida da primeira era de Cr\$ 89,742 enquanto para a segunda era Cr\$ 79,654, em cruzeiro de 1964. Ver Oliveira, 2003 p. 44

Celso Furtado figura entre os principais pensadores ocupados em analisar a formação político-econômica no Brasil. Participante da Cepal, publicizou de maneira exemplar a ideologia desenvolvimentista no país. Atuou nas entranhas do Estado modernizante e descobriu pela experiência concreta os conflitos que estrangulam a sociedade brasileira. Buscamos neste artigo recuperar uma de suas elaborações acerca do estilo de desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.

Caracterizado enquanto formação histórica tardia do capitalismo, o subdesenvolvimento estaria marcado por uma corrida atrás do padrão de vida do centro. A economia marcada pela heterogeneidade entre setores moderno, primitivo e intermediário fora consequência de um desajustamento entre o volume de trabalho disponível e o tipo de tecnologia escolhido pelo grande empresário. Soube também que a crítica econômica não bastaria para entender os problemas do subdesenvolvimento e propôs uma guinada às outras disciplinas das ciências sociais, passagem claramente observável nos escritos pós anos 1964.

A pergunta inicial proposta era descobrir se a análise do mercado heterogêneo poderia dar as bases para o entendimento acerca do conflito político. Concluímos que sim, e tentamos expor dentro do próprio pensamento de Furtado a localização dessa passagem, ainda que com ressalvas. A formação histórica subdesenvolvida, baseada na exportação de matérias-primas, abastecida por tecnologia emprestada, resultou em uma classe dominante com baixa capacidade de manutenção de sua dominação na forma democrática. O Estado na formação heterogênea precisa articular essencialmente interesses das três frações burguesas, latifundiários, comerciantes e burguesia industrial interna. Os trabalhadores dispersos no setor de serviços e pouco volumosos na indústria não teriam capacidades de forçar o desenvolvimento tecnológico e institucional. Os primeiros aliciam os segundos em torno da manutenção ou aumento do nível de consumo.

Não podemos negar sua contribuição, sendo essencial a retomada dos escritos do autor paraibano. Mas muita água correu por baixo da ponte e as contradições precisam ser mais do que nunca expostas. O pensamento furtadiano para além de seu enorme valor empírico e de sua interdisciplinaridade, é marcado

por uma visão claramente otimista em relação ao desenvolvimento capitalista. Seus críticos evidenciaram a viabilidade do tipo de acumulação capitalista, altos lucros combinam com uma população marginalizada e excluída socialmente. Se por um lado a classe dirigente não precisou de um projeto de nação, nunca negou o Estado como instrumento de manutenção dos privilégios. Talvez seja de seu próprio feitio a não construção de uma sociedade mais igualitária, o que sem dúvida tenderia a abalar o alicerce de sua dominação.

O decorrer histórico demonstrou que as características heterogêneas do mercado seriam fortemente atenuadas. É sempre interessante lembrar que as principais análises de Furtado se deram entre os anos 1950 e 1970, momento no qual, o centro capitalista vivia os famosos Anos Dourados (1945-1973). Marcado pela reconstrução dos países europeus e auge do fordismo. O desenvolvimento colocado para Furtado representava em si o processo de assalariamento dos trabalhadores nos países centrais. Depois de 1970 o modo de produção capitalista passaria por uma reestruturação, nos termos de Harvey (2003), tinha início a “acumulação flexível” do capital. Dada a reestruturação do mercado com a terceirização, desregulamentação e precarização do trabalho ocorre o processo de pauperização de contingentes populacionais também nos centros capitalistas. O autor chega a mencionar certa convergência entre os sistemas de trabalho “terceiromundistas” e capitalistas avançados (HARVEY, 2003 p. 145).

Seria exagero falar em assimilação do estilo de desenvolvimento dos países periféricos pelos países centrais. Mas não parece haver dúvidas em relação à capacidade do capitalismo em conviver com marginalidade, desemprego estrutural e exclusão da população, negando a tese dualista. Francisco de Oliveira estava certo ao apontar a capacidade do capital em funcionalizar os setores de menor produtividade a favor de sua acumulação, posteriormente ainda classificaria a economia brasileira como um “Ornitórrinco” (2003, p.132-133) fazendo alusão à heterogeneidade da economia recente com as especificidades do curioso animal. Nossa elite nunca deixou de se associar ao capital estrangeiro como apontava Fernando Henrique Cardoso. Tavares e Serra também acertaram na análise da

transição, hoje vemos com clareza o domínio das finanças e dos bancos em todo o mundo capitalista. Assim como Furtado, que localizou a essência do problema no desajustamento de fatores, só não contava que o desajustamento, e em consequência o desemprego estrutural, seria visto também nos países “desenvolvidos” (SINGER, 1998 p. 24-28).

O debate sobre qual ator político pode dinamizar a estrutura subdesenvolvida aparece como preocupação de todos os autores vistos neste artigo. Vale ressaltar a contemporaneidade das análises de Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso a fim de concluirmos as implicações políticas no Brasil. Como dissemos cada um ao seu modo focou a análise a partir de atores políticos diferentes, a classe trabalhadora de um lado e a classe empresarial de outro. Seguindo o diagnóstico de uma burguesia dependente o projeto tucano priorizou uma série privatizações e reformas na estrutura estatal. Selando de maneira bastante clara a associação de nossos empresários com o capital externo. Do outro lado, foi apostando na força de mobilização da classe trabalhadora organizada que o PT constituiu seu programa de governo. É evidente que precisamos discutir melhor as distorções que tais programas sofreram no decorrer do jogo político concreto, sendo incapazes de superar o projeto neoliberal. Porém, é notório a atualidade de tal debate para análise da economia política no Brasil.

Esse trabalho é fruto de um momento onde as explicações sobre o Brasil são insuficientes. Buscamos retomar esse debate a fim de iluminar ou no mínimo aguçar o olhar daqueles que vivem o presente. Em meio a elaborações insustentáveis como a ideia de uma “nova classe média” (NERI, 2011)¹³, o conceito de heterogeneidade aparece como um pressuposto sóbrio de análise da realidade brasileira. Parte das contribuições elaboradas ao longo dos anos 60 e 70, que aqui retomamos, estavam preocupadas com uma questão essencial para a análise da realidade brasileira. É necessário reconstruir os fatos e processos sociais dentro de

¹³Neri argumenta haver uma medianização (homogeneização pela renda) da sociedade brasileira no período pós 2003. Para uma crítica à visão deste último autor e, por consequência, uma reiteration da heterogeneidade estrutural nos anos 2000 ver: POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

uma visão integrada, não é possível pensar nas relações de trabalho, ou nas relações de opressão sem investigar o núcleo fundamental que configura a dominação de uma minoria privilegiada sobre uma maioria despossuída. Apenas com um diagnóstico consistente dessa totalidade é que podemos pensar alternativas de desenvolvimento de nosso país.

Tentamos demonstrar o sentido do conceito para além das formas usuais, ligadas ao raciocínio economicista, restrito a medição da produtividade dos setores econômicos¹⁴. Infelizmente o conceito ainda não estabelece um parâmetro sólido para analisar o movimento político das classes trabalhadoras enquanto agentes políticos, como busca Boito Jr (2012), por exemplo. Mas parece ser de extrema relevância – quando ultrapassado o dualismo original – ao expor a dependência tecnológica que sustenta as elites do país. A heterogeneidade estrutural, portanto não é apenas um problema de natureza econômica, é também a base que sustenta politicamente a extrema desigualdade no país.

Referências.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO JR. Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. In: Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2009.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

¹⁴Atualmente o termo circula pela CEPAL em sua forma econômica. Ver: SQUEFF, G. C & NOGUEIRA, M. O. A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009. Brasília: CEPAL/IPEA, 2013 (Textos para Discussão CEPAL-IPEA,51).

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** 4ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 12ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LEWIS, William Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Tradução de Alfredo Moutinho dos Reis e Olavo Miranda. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012

SQUEFF, G. C & NOGUEIRA, M. O. **A heterogeneidade estrutural no Brasil de 1950 a 2009.** Brasília: CEPAL/IPEA, 2013 (Textos para Discussão CEPAL-IPEA,51).

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.